

**MEMÓRIA E HISTÓRIA DA POSSE DAS TERRAS INDÍGENAS
DA BATALHA, NO PLANALTO DA CONQUISTA– BAHIA:
NARRATIVAS E ORALIDADES**

***MEMORY AND HISTORY OF POSSESSION OF THE INDIGENOUS
LANDS OF THE BATALHA, IN PLANALTO DA CONQUISTA-
BAHIA: NARRATIVES AND ORALITIES***

Renata Ferreira de Oliveira*

RESUMO

Este artigo trata dos discursos e narrativas acerca da posse das terras indígenas da Batalha, região rural de Vitória da Conquista na Bahia. Utiliza para isso, além de documentos escritos, os relatos orais dos atuais moradores da região. O ícone maior do processo de colonização é o Capitão-mor João Gonçalves da Costa, a quem foi atribuída enorme bravura quando guerreou para conquistar a terra e efetivar o domínio sobre os índios que nela viviam. Em decorrência da memória estabelecida a partir da conquista, os escritos sobre a história de Vitória da Conquista atribuíram existência histórica apenas aos colonizadores e estabeleceram a percepção de que os grupos indígenas haviam sido exterminados em uma batalha sangrenta e definitiva. Contrapondo-se às narrativas presentes nessas fontes, constituiu-se uma memória dos descendentes dos indígenas da mítica batalha, em grande medida, submersa ao longo do tempo, mas que também reinterpreta e reconstrói o seu passado histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Batalha; Indígenas; História; Memória.

ABSTRACT

This article deals with discourses and narratives of possession of indigenous lands of *Batalha*, a rural region of *Vitória da Conquista*, in Bahia (Brazil). As resources, written documents as well as oral histories of current residents are used. The greatest icon of the process of colonization of the region is the Captain General João Gonçalves da Costa, who was considered enormously brave for his struggle to conquer the land and carry out dominion over the Indigenous people who lived there. Due to the established memory from conquest, questions about the history of Vitória da Conquista gave historical existence only to settlers and established the perception that indigenous groups had been exterminated in a bloody and final battle. Opposed to these narratives, these sources, constituted a memory of indigenous people descendants of the mythical battle, in great measure submerged over the time, but also reinterprets and reconstructs its historic past.

KEYWORDS: Battle; Indigenous; History; Memory.

* Professora de História do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG – campus de Salinas. Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Endereço: Fazenda Varginha, km 02 da Rod.Salinas/ Taiobeiras - Salinas - MG – CEP 39.560-000. Endereço eletrônico: renataconquista@gmail.com

Introdução

Este artigo trata dos discursos e narrativas acerca da posse das terras indígenas da Batalha, região rural de Vitória da Conquista na Bahia. Utiliza para isso, além de documentos escritos, os relatos orais dos atuais moradores da região. O ícone maior do processo de colonização é o Capitão-mor João Gonçalves da Costa, a quem foi atribuída enorme bravura quando guerreou para conquistar a terra e efetivar o domínio sobre os índios que nela viviam. A região da Batalha, palco de uma suposta grande guerra entre os índios da etnia Mongoyó e as tropas do Capitão-mor, localiza-se a quinze quilômetros de Vitória da Conquista, no distrito rural de José Gonçalves. Em decorrência da memória estabelecida a partir da conquista e fortalecida pelas narrativas escritas pelo príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied (1989), a história da cidade atribuiu existência histórica apenas aos colonizadores e estabeleceu a percepção de que os grupos indígenas haviam sido extintos na mítica batalha. Contrapondo-se às narrativas presentes nessas fontes, constituiu-se uma memória dos descendentes indígenas da mítica batalha, em grande medida, submersa ao longo do tempo, mas que também reinterpreta e reconstrói o seu passado histórico. Essa memória tem pontos de confluência com a memória dominante, mas também faz emergir pontos discordantes, sobretudo acerca da trajetória da posse da terra, por eles perdida nos dois últimos séculos. É na afirmação da sua própria continuidade histórica enquanto grupo humano que, contrariando as verdades estabelecidas, o grupo segue seu curso na história mantendo ou recriando as suas condições de existência material e espiritual enquanto comunidade indígena da região.

Memórias Reveladas: O grupo indígena da Batalha

No interior baiano, precisamente na região historicamente denominada Sertão da Ressaca¹, há um povo que mesmo sem saber exatamente a que grupo nativo pertenceram os seus antepassados, decidiu se organizar a partir da (re)construção de sua consciência étnica como indígenas. Em um passado não tão distante, crianças que moravam nesse lugar estavam brincando na serra quando encontraram pedaços de utensílios dos índios que há muito tempo habitaram aquele lugar. Dos vestígios que os

¹O Sertão da Ressaca é a região que vai do Rio das Contas ao Rio Pardo e, tem como núcleo central a cidade de Vitória da Conquista no sudoeste baiano.

antigos deixaram, as mulheres decidiram aprender a fazer peças artesanais de barro e incorporá-las à sua vida cotidiana. A terra vermelha, ao tingir as panelas de cerâmica então produzidas, era vista como “o sangue dos antepassados”, derramado em demasia quando a “civilização” chegou próxima ao mundo indígena. Ao passo que a partilha da aprendizagem da arte trazia a lembrança das aldeias, unidas para sobreviver à dor imposta por homens vindos de longe e que chegavam para guerrear, para conquistar.

O passado nesse lugar do sertão é desenhado por marcas e raízes profundamente indígenas reveladas nas rodas de conversas com os idosos em torno do fogo. Elas exaltam os valentes guerreiros, os caboclos da tribo, aqueles que levavam no peito, na lança e na flecha a certeza de que seu povo continuaria e seguiria resistindo naquele pedaço de chão que outrora fora pisoteado pelas botas do caçador que estava em busca, não de animais, mas de índios. E foi assim, na longa jornada da conquista promovida pelo invasor, nas marchas rumo às guerras, que resistiu encravado na serra um lugar chamado Batalha, um lugar de índios.

Quando a guerra dos brancos chegou para os índios do Planalto da Conquista não havia muitos caminhos a seguir. Os mais comuns eram dois: ou a resistência ou a aliança. Esta última, muitas vezes, era a arma de sobrevivência para os nativos, ao passo que, para os invasores era o meio de dominar as populações indígenas.

O Sertão da Ressaca foi um lugar de refúgio onde etnias indígenas puderam sobreviver. Em fins do século XVIII, o canto do pássaro agourento prenunciava um tempo nefário que chegaria com a poeira das tropas, com o barulho das clávenas e com os latidos dos cães. Era o tempo da luta sangrenta. Os contatos entre brancos e índios aconteceriam com muita rapidez e os combates eram inevitáveis. E eles chegaram. Cruentos e traiçoeiros foram, pouco a pouco, causando às sociedades indígenas a transformação das suas estruturas sócio-políticas e econômicas.

Os kurukas² eram capturados, as mulheres caçadas a “dente de cachorro” e os homens obrigados a trabalhar pesadamente na derrubada de suas matas, na abertura de estradas. Logo mais, kurukas, mulheres e homens seriam levados para longe de seu território, confinados em aldeamentos, dividindo o mesmo espaço com seus inimigos nativos.

Essa nova realidade era difícil para os índios que eram obrigados a abandonar os territórios, os túmulos dos seus antepassados, os lugares de festas e orações para

² O termo Kuruka quer dizer criança na língua materna dos índios Gren/Botocudos.

recomeçarem em terras estranhas, com homens e costumes estranhos. Não houve muita saída para os nativos. Eles foram levados, aldearam-se e recomeçaram. Mas para eles, a saudade das terras dos antepassados era forte demais para ser abandonada por isso, alguns, em algum momento, decidiram voltar. Voltaram e recomeçaram a comunidade nesse lugar do sertão chamado Batalha.

A Batalha não era mais a mesma, os índios também não. Ela havia sido ocupada por gente branca, por gado e por roças. Eles agora estavam misturados, miscigenados, inseridos em uma cultura alheia a de seus antepassados. Mas isso não importava, o que de fato contava para os índios era estar no lugar onde os guerreiros tomaram em luta, onde os espíritos apareciam na mata, onde os caboclos da tribo vinham à noite para conversar e aconselhar.

Mas a violência pelas guerras não cessava. Para a sociedade que nascia, o único índio bom era o morto ou o civilizado. Não se admitia índios “errantes” nas matas. Por isso, pouco a pouco, os costumes dos antepassados ficavam distantes, esquecidos. A separação dos parentes que permaneciam nos aldeamentos ou que “desapareceram” dentro da sociedade nascente, também causaram inúmeras perdas para os índios, principalmente no processo de reelaboração das suas identidades.

Tal como um cacto, que nesses sertões brota sobre as pedras, a lembrança dos índios insistia em resistir. E foi assim que esse povo, nesse lugar, juntando os fragmentos de um passado estilhaçado, reconstituiu uma memória indígena que hoje é patrimônio do grupo³.

Redescobindo a História

Correu de boca em boca entre as gerações e os mais idosos sabem que o curioso nome da Cidade de Vitória da Conquista, na Bahia, está ligado à conquista imposta aos índios Pataxó, Mongoyó e Ymboré, que se abrigavam na região da Ressaca, entre o Rio

³ O conjunto de depoimentos colhidos entre os anos de 2009 e 2010 compõem o arquivo que denominei de Memórias da Batalha. É importante ressaltar que a constituição do banco de dados a partir das fontes orais originou-se de entrevistas individuais e grupais. Para tanto, foi imprescindível estruturar os métodos próprios da história oral, como ensina Paul Thompson. Para esse autor, é necessário usar uma metodologia anteriormente rearranjada, pensada e planejada antes de ir ao grupo. Então, devemos guiarnos por um roteiro de entrevistas cuja finalidade é não deixar perder instrumentos necessários à compilação dos relatos orais, tais como sentimentos expressos, gestos empregados durante as falas, silêncios, lugares de memória, entre outros. São esses instrumentos que alimentam o “banco de dados.” Ver: OLIVEIRA, Renata Ferreira de. *Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais*. Dissertação de Mestrado. UFBA. 2012. THOMPSON, Paul. *História Oral – A Voz do Passado*. São Paulo. Editora Paz e Terra. 1992

Pardo e o Rio de Contas. Dos confrontos entre índios e brancos nasceram as narrativas míticas que povoaram a história da Cidade, inspiraram cantadores, poetas e pintores, imortalizaram os colonizadores e obscureceram a história das etnias indígenas.

A colonização do Sertão da Ressaca resultou na redução das terras indígenas e na desestruturação das comunidades então existentes. Embora o domínio sobre o nativo tenha sido efetivado, inúmeros foram os conflitos e diversos os meios de resistência desenvolvidos pelos povos subjugados. Comunidades como as da Batalha são exemplos vivos a exporem as várias faces da resistência ante a expansão colonizadora.⁴

Por muito tempo, a bibliografia sobre a história do município atribuiu importância histórica apenas aos colonizadores, enfatizando a noção de que ocorreu o extermínio dos povos indígenas. Sobre a conquista e a colonização dessa região, as obras de Viana, (1982), Torres (1996) e Tanajura (1992) partilham a concepção de que a história de Conquista foi marcada não só pela derrota, mas pelo desaparecimento posterior dos índios.

O cenário da conquista, descrito nestas obras, foi o da violência, da imposição da cultura do colonizador, do aldeamento dos índios sobreviventes, da imposição aos diversos grupos, muitas vezes inimigos, a conviverem entre si, em um sistema de violação da sua cultura e da organização. Essa bibliografia nega a capacidade do índio de dirigir o seu destino, de atuar nos processos decisórios que, de acordo com Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1982), também permitira a negociação e/ou opção por sua inserção em aldeamentos, ou refúgios nas matas como forma de resistência.

É como expressão de resistência que vejo a comunidade da Batalha, pois esse processo dá sentido à continuidade do grupo que busca a reelaboração da sua identidade indígena, mesmo depois de um longo período silenciada. Isso me fez entender que muito do passado nativo sobreviveu nesse território. A história do grupo conseguiu sair do porão do esquecimento e chegar aos dias atuais. Por isso, esse é um trabalho que tem a memória como um grande pilar de sustentação.

Nessa perspectiva, entendo que a tradição oral da comunidade da Batalha é uma expressão marcante da sua percepção histórica. Sua narrativa, carregada de impressões do passado, constrói o futuro na esperança da preservação da memória presente. A rede

⁴ O Sertão da Ressaca se estende do sul, no alto Rio Pardo, até ao norte, no médio Rio das Contas. Ao oeste o limite é o Rio Gavião, da foz até as proximidades da atual cidade de Anagé ao leste o limite é o começo das terras de vegetação conhecida como "mata de cipó". Para saber mais, ver: SOUSA, Maria Aparecida de. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. UESB. 2001.

de transmissão oral dessa região é permeada pela história do lugar onde eles habitam, sempre relacionada à trajetória da colonização de Vitória da Conquista. Trazer essa narrativa para o presente, sob a forma escrita, permite a valorização, o conhecimento e a preservação da memória de um grupo que nunca teve oportunidade de ter seus registros escritos.

Por esse motivo, a abordagem aqui utilizada muito se identifica com a perspectiva da história social, na medida em que essa vertente historiográfica amplia as possibilidades interpretativas referentes à trajetória de grupos sociais, ou seja, daqueles que Edward Palmer Thompson denominou como “os de baixo”.

A oralidade é um forte instrumento para garantir a visibilidade e possibilitar a resistência dos grupos sociais inferiorizados. Quando a privilegamos, estamos inevitavelmente ressaltando “a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial.” (POLLAK, 1989. p. 2).

É com base nessa concepção de Michel Pollak que compreendemos o papel exercido pela memória dos habitantes da Batalha que, sendo subterrâneas, “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise”. Quando se colocam em disputas, as narrativas formam um organismo peculiar a partir das interrogações sobre a voz de um passado que chega ao presente, não apenas como uma mera exposição de determinado tempo histórico, mas também como um resgate de uma experiência de vida ou um ensinamento remoto como construção da possibilidade de traduzi-lo no tempo atual e, por vezes, subverter a memória vigente.

Recuperar narrativas históricas que constituem heranças comunitárias é perceber a perpetuação de redes de saberes tradicionais transmitidos e preservados ao longo das gerações. As narrativas reforçam a identidade social, compreendida dentro dos grupos étnicos, conforme concebe Fredrik Barth (1998, p.185-227). Estes buscam assim, configurar e contrastar com um universo social ao seu redor, de modo que esses contextos influenciem a organização e o papel do grupo nos diferentes ambientes.

O projeto colonizador do Planalto da Conquista na Bahia

As bandeiras expansionistas deram o perfil sinuoso das fronteiras do interior da colônia portuguesa possibilitando a construção de um novo contexto no qual a

“civilização” lusa impunha-se sobre a “barbárie” nativa, dentro de um espaço cada vez mais distante do litoral.

A empresa portuguesa de ampliação dos territórios conquistados para a Coroa adentrou estrategicamente o interior das colônias, seguindo os cursos dos rios, em sua maioria habitados pelas populações indígenas, que procuravam meios de sobrevivência ante a investida dos exploradores. Os contatos entre índios e portugueses modificaram os modos de vida das populações nativas. É sabido que as primeiras relações foram marcadas pelo escambo já conhecido pela historiografia nacional.

À medida que se estabeleceu o povoamento do interior da colônia, determinando a sua exploração com base na política agroexportadora, os conflitos entre os povos nativos e os colonizadores se acirraram. O ritmo da conquista e colonização das terras pelos portugueses desencadeou a resistência e luta por parte dos indígenas.

Os processos que transformaram as relações sociais e, por sua vez, desestruturaram as aldeias do Sertão da Ressaca, é o mesmo já utilizado contra esses povos em outras regiões coloniais. Assim, a colonização do Planalto da Conquista resultou da busca de ouro, já decadente nas Minas Gerais, da expansão da pecuária e, conseqüentemente, do povoamento dessas terras possibilitando a formação de um caminho entre o litoral e o sertão, além do aprisionamento e/ou “conquista” da população nativa.

A “pacificação” e o povoamento do território que se chamaria Arraial da Conquista são atribuídos aos sertanistas João Gonçalves da Costa e ao Mestre de Campo João da Silva Guimarães, líder da expedição responsável pela ocupação territorial do sertão, iniciada em meados do século XVIII.

A ocupação das terras e a conseqüente formação do Arraial da Conquista efetivaram-se logo após o domínio sobre os índios, com uma economia pautada principalmente na pecuária. O gado ocupou um papel primordial na composição desse território, sobretudo a partir da expansão de grandes fazendas obtidas, em sua maioria, nas guerras contra os índios.

É importante aliar às atividades de conquista dos gentios, a busca incessante por metais preciosos, o que, de uma forma ou de outra, acarretou a constituição de arraiais e vilas nos interiores sertanejos. A implantação de fazendas de gado propiciou o controle sobre as terras retiradas dos índios, assentando assim, nessas áreas, os alicerces para o que veio a ser a construção de um efetivo poder, em áreas extensas dos sertões, pelos

conquistadores e pela sua descendência.

Terra e Memória: O contraponto indígena

A história dos índios da Batalha não difere da de outros povos indígenas que sobreviveram à colonização. É uma história reconstruída a partir de fragmentos, marcada por intensas transformações advindas da expropriação das terras e derrubada das matas. Dessa forma, a relação estabelecida entre as memórias sobre a terra termina por identificar traços históricos que permitem a criação de marcos capazes de revelarem estruturas formadoras da identidade indígena assumida pelo grupo.

Assim, entendo que a construção da identidade indígena da Batalha está intimamente ligada à luta pela terra. Os marcos temporais, em sua maioria, são delimitados pelas situações de divergências que levaram às disputas territoriais. A esperança que move o grupo rumo à afirmação da identidade étnica é à posse das terras perdidas ao longo do processo histórico de ocupação desse lugar. A retomada do território perdido pode permitir à comunidade da Batalha afirmar-se como grupo étnico capaz de compartilhar crenças comuns, criar e recriar novos costumes e estabelecer novos laços. (WEBER, 1994. p.272). É em busca da construção da identidade indígena do grupo que as narrativas da terra se constroem, valorizando e reforçando o peso político das reminiscências.

Nas memórias dos nossos depoentes, o topônimo Batalha nasceu para fazer referência à guerra aí estabelecida contra os índios como também para demarcar o lugar dos nativos uma vez que Batalha se contrapõe diretamente à Vitória da Conquista, lugar do colonizador, como afirma o depoente Adelino Oliveira: “dessa guerra nasceu a Batalha, pois o grande batalhão foi na serra da Santa Inês.⁵ Os índios que sobreviveram ficaram nessa região que era imensa.”⁶ Como vimos anteriormente, devido ao mito da última batalha, a região povoa a memória oficial da cidade. Assim, deixamos claro que Batalha compõe também um dos lugares de memória a sustentar uma das versões da história, o contraponto da história oficial.

A colonização das terras da Batalha integra-se ao movimento de conquistas

⁵ A Serra da Santa Inês localiza-se nas terras da Batalha e faz parte do Planalto da Conquista. Este por sua vez, é formado pela porção de terras com altitudes médias entre 850 e 750 metros entre o Rio Pardo e das Contas. Ver: TORRES, T. op. cit. 1996. p. 69.

⁶ Depoimento do Senhor Adelino Rodrigues de Oliveira concedido a Renata Ferreira de Oliveira em Julho de 2009.

encabeçado pelo sertanista João Gonçalves da Costa no Sertão da Ressaca, cujos territórios, por regra, foram destinados à criação de gado. Essa dinâmica proporcionou aos conquistadores e aos seus familiares o acúmulo de terras, em geral, tomadas dos índios por meio das guerras. Por essa razão, afirmam o nosso depoente que, depois da guerra, João Gonçalves teria ficado rico porque “tomou as terras dos índios para ser o senhor.”⁷ Dessa forma, Ele se tornou possuidor da terra “através de castigo porque naquele tempo não tinha eleição para ele ganhar ou perder. Por isso que ele achou que tinha de vencer dessa forma, por meio do sofrimento dos índios e da bravura dele.” (Oliveira, 2009).

A área da Batalha aparece registrada em diversas fontes documentais. Tanto nas memórias dos índios quanto em memórias de outros personagens, mas também nos registros escritos. Primeiramente, iremos localizá-la na oralidade. Já ficou estabelecido aqui que a região teria sido palco da última grande guerra entre índios e colonos. O marco local que representa essa guerra é o cemitério da Batalha, tido tanto pela memória dos nossos depoentes como pela narrativa oficial como o mais antigo cemitério do Planalto da Conquista. Lá estariam enterrados os índios mortos nesses episódios, por isso, o cemitério é, para nossos narradores, o lugar onde a sua história pode ser comprovada.

Com o firme intento de lembrar-se de seus parentes mortos, dos que reagiram por força das guerras, das alianças e por fim dos que tentaram a readaptação nos aldeamentos, o grupo que permaneceu no lugar da antiga aldeia, conseguiu atrair outros índios, integrados ou não à população do arraial para o lugar de seus antepassados. Como meio de preservar a memória, mais tarde patrimônio cultural da cidade, ergueram o memorial para o descanso dos mortos, o atual e mais antigo cemitério da região, o cemitério da Batalha.⁸ Esse é um referencial decisivo no processo de reconstrução identitária desse grupo indígena.

A Batalha, enquanto lugar de memória, representa para a história de Vitória da Conquista, a região onde habitavam os índios. Essa constatação está clara tanto para os memorialistas que escreveram sobre a história da cidade, quanto para os diversos

⁷ Depoimento do senhor Adelino Rodrigues de Oliveira concedido a Renata Ferreira de Oliveira em Novembro de 2009.

⁸ Ver: *Revista Memórias da Bahia*. Grandes Reportagens do Correio da Bahia, 2002. p.44

depoentes. Esse fato é constatado por esse trabalho, mas também por outras pesquisas.⁹ Em um depoimento colhido por Washington Nascimento, (NASCIMENTO, Washington Santos, 2008, p. 289) para sua pesquisa sobre mestiçagem e identidade, o seu depoente revela ser descendente dos índios da região e, ao narrar essa trama, ele se remete à Batalha enquanto lugar indígena.

A minha mãe foi neta de índios, aqui. Ela sempre contava a história que aonde morreu o último índio foi na Praça Tancredo Neves, esse tempo eu num era nascido ainda. Que teve a vitória onde eles terminaram com os índios. E a vitória, sobrou o nome de Vitória da Conquista, porque também que foi a vitória que eles ganharam a batalha dos índios, né. E tem até uns lugarzinhos perto aqui, do outro lado da serra, que se chama Batalha, ali tinha muito índio também, os índios vinha por aqui, do outro lado da serra. (SANTOS, Ariosvaldo Cardoso. Apud. NASCIMENTO, Washington Santos, 2008.p. 289)

Não diferente dos nossos narradores, esse depoente reproduz em seu discurso a memória oficial da conquista e da vitória sobre os índios, mas consegue localizar o espaço habitado pelos nativos.

Como fazenda, a Batalha aparece documentada já nas primeiras décadas do século XIX. Ao que parece, teria sido um grande latifúndio que englobava uma enorme região do município de Vitória da Conquista. Por essa razão, dizem os cronistas que quando João da Silva Guimarães alcançou a Serra do Periperi, porta de entrada dos colonizadores, ele teria se deparado com os Mongoyós habitantes desse imenso território. Sobre esse aspecto, argumenta Ruy Medeiros (MEDEIROS, Ruy Hermann, 1996)

A serra do Piripiri historicamente é porta de entrada para o local onde foi edificada a cidade de Vitória da Conquista. Por aí entraram os invasores da terra Mongoyó.¹⁰ Vieram do rio das Contas ao rio Gavião e deste para o

⁹ Sobre isso ver: Ver FERREIRA, Grazielle. *Cinzento: Memória de uma comunidade negra remanescente de quilombo*. São Paulo, Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de Mestrado.1999.

¹⁰ Grupo - Tapuia - Data - 22/4/ 1720.Território - sertões de baixo - Aldeia - Informações: O rei dizia ter conhecimento que as terras com maior potencial mineralógico ficava entre o rio de Contas e o São Mateus, também sendo bons para pecuária e agricultura. Mas que estava a região ocupada pelo gentio bárbaro, que por asilo o buscou precisado da guerra que se lhes tinha feito saindo às povoações em que tinha executado grande dano. Isto impedia que essas regiões fossem ocupadas e exploradas. Por isso determinava de os mandar conquistar, encarregando dessa diligência ao Cel. Pedro Leolino Mariz. Fonte: O Rei; Carta enviada a Vasco Fernandes Cezar de Menezes; 22/4/1720 In Accioli; I. e Amaral, B. - *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*; Salvador, Iof; 1940: (VI) : 200 - 201.

riacho do Gado Bravo, até a encosta da serra e daí até o vale do riacho da Vitória (rio Verruga, rio do Poço Escuro).¹¹ Na encosta norte/noroeste, teria ocorrido a Guerra de 1753 e o sítio ficou conhecido com o nome de Batalha, depois fazenda Batalha - um latifúndio apossado por João Gonçalves da Costa e, depois, de propriedade de seus descendentes. Em 1857 já estava fracionado.

O autor salienta que muito da importância da Batalha se deve à existência de riachos e ao fato de possibilitar o “controle da parte inicial do caminho para Minas do Rio das Contas” (MEDEIROS, 1996). No entanto, esse latifúndio foi destinado não somente à pecuária, mas também à policultura de subsistência, como podemos observar em um processo de embargo de obra movido por Maria Clemência de Jesus contra Joaquim Maxado e sua mulher no ano de 1866.¹² Vejamos o que diz o documento:

Diz João Francisco Gomes que sendo Senhor e possuidor da Fazenda da Batalha em comum com os mais herdeiros acontece que estes estão abrindo vaqueijadores nos lugares da morada do Suplicante a ponto de chegarem os gados a destruir as roças do Suplicante e por que no dito lugar nunca foi e nem é fazenda de criar sim de plantar seus cereais¹³

O primeiro documento que encontrei mencionando a Batalha, datado de 1815, foi o termo de doação de terras feito por João Gonçalves da Costa e João Mendes da Cunha a Nossa Senhora das Vitórias que, a partir de então, passou a configurar-se como proprietária de um vasto território. Pela descrição das terras doadas à santa, não há dúvidas que ao menos parte da Batalha era propriedade de João Gonçalves da Costa, conforme indica a primeira inscrição do documento: “Escritura de doação que faz o Coronel João Gonçalves da Costa, das terras que possui neste Arraial da Conquista, para patrimônio da Casa de Oração de Nossa Senhora da Victória que erigiu no mesmo

¹¹ Capitania Bahia Local cabeceiras do rio de Contas. Grupo Botocudos e Kamakã - Mongoió Data 1690 Informação: Tendo sido transposto o alto Paraguaçu, nesse ano o capitão - mor Marcelino Coelho Bittencourt, seu filho, Cel. Dâmaso Coelho de Pina, e seu genro, André da Rocha Pinto iniciaram os combates aos índios das cabeceiras do Contas. Isto provocou os protestos de Antônio Guedes de Brito que era sesmeiro da região até o rio das Velhas, título concedido em 2/5/1684. Após longas discussões o sesmeiro concedeu o direito de arrendamento parcela de sua sesmaria aos combatentes Fonte: (Capistrano de Abreu, J. - *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*; B. H.; Ed. Itatiaia; S. P.; Edusp; 1989: 62)

¹² Termo de reconciliação realizado entre João Mendes da Cunha e seus irmãos em 1829. Documento anexo ao Processo de Embargo de Obra Nova proposto por Maria Clemência de Jesus a Joaquim Maxado e sua mulher – 1866. Arquivo do Fórum João Mangabeira – Vitória da Conquista – Bahia.

¹³ Idem.p.1

Arraial, no valor de cento e quarenta mil réis.”¹⁴

A terra doada pelo Coronel à Casa de Oração é definida na Escritura como sendo o Arraial da Conquista, cujas partes destinadas à Santa “confrontam e fazem extremas com o sítio da Batalha, na parte que ocupa Vicente da Silva Lemos, na boca da caatinga, lugar da estrada que vai do Arraial para a Batalha.”¹⁵ Configuram-se ainda como doadores, Vicente da Silva Lemos que “cede e é contente que fique sendo para com ele a extrema como está declarado, por ter uma pequena extensão, que também é contente que fique para Nossa Senhora da Victória.”¹⁶ E Manoel Gomes “que é contente como está compreendida a extrema deste dito sítio”, juntos formam o que João Gonçalves denominou em sua procuração de “pequenas partes” a serem anexadas a terra por ele doada.

As doações das terras retiradas dos índios fazem parte de um processo de constituição de uma rede de poder que, entrelaçando-se ao religioso, veio a ser a base sobre a qual se ergueu a imensa riqueza da família Gonçalves da Costa. Ao que parece, era comum que os ricos doassem terras para as Igrejas. Como observou Elizabeth Kusnesof, (apud. SOUSA, M. A. S. 2001, p. 174) que nos primórdios de São Paulo esse fato “significava que as terras próximas da Igreja deviam ser destinadas para residências e fazendas dos futuros crentes”.

Encontrei ainda a fazenda Batalha como propriedade do Conde da Ponte, conforme uma escritura particular de 1823, na qual o tenente coronel Joaquim Pereira Castro é designado para administrar seus bens e do seu irmão, Luís Saldanha da Gama. Entre os bens do Conde que se encontravam no sertão, estava o “sítio da Batalha na ribeira do Gavião vizinhança da Conquista, freguesia do Rio Pardo, termo de Caetité arrendadas a João Félix, Manoel Gomes, Antônio de Souza, João de Souza, Maximino José da Silva, Silvério Barbosa, Sabina, Domingas, Ana, Raimunda”¹⁷. De acordo com a escritura, as terras pertencentes ao Conde da Ponte,

Extremam pela parte do norte com Luís Rodrigues de Oliveira no Riacho fundo, e por ele abaixo até a sua casa e subindo pelo riacho da Batalha

¹⁴ Cópia da Escritura da doação das terras feita por João Gonçalves da Costa anexa à Acção Ordinária entre a Igreja Matriz e Marcionillo Moreira dos Santos que contesta as divisas da terra. Arquivo do Fórum João Mangabeira. Caixa Divesos, 1915. p. 9.

¹⁵ Idem p. 10

¹⁶ Idem. p. 11

¹⁷ Escritura particular passada por Joaquim Pereira de Castro a João Pedro da Silva e outros, das terras da Batalha. Arquivo do Tabelionato de Ofícios 1ª Vara Cível. Livros de Notas nº 1 a 21. Arquivo do Fórum João Mangabeira – Vitória da Conquista. p. 1

acima dividindo com Manoel Gomes até as cabeceiras do Riacho da Batalha, e daí pelos desaguamentos da serra estremando com Vicente da Silva Lemos no Olho D'água da Batalha, e daí rumo direito do campo da Batalha digo campo da Pedra Branca com todos os seus desaguamentos como consta o seu escrito daí rumo direto com as terras arrendas ao capitão João Batista Rocha e daí rumo direto ao ribeirão da Tabua estremando com o riacho, ribeirão acima com todos os desaguamentos até o rumo do riacho fundo estremando com Manoel da Silva, Luís Rodrigues conforme os seus títulos.¹⁸

As terras da Batalha, ao que indica os documentos, parecem ter-se tornado propriedade do Conde da Ponte – administrador da Bahia – logo após a retirada dos índios, pois em 1829, diante de Antônio Dias de Miranda, juiz de paz, afirmava João Mendes da Cunha que essas terras foram compradas pelo seu falecido padraсто Manoel Gomes Ribeiro e, depois, por sua mãe Rita Gonçalves da Costa, do procurador da “Ilustre Casa da Ponte para ele e todos os sobreditos e herdeiros como consta da escritura que lhe passou o dito procurador”.

Na memória dos índios isso também se faz presente,

“o branco botou o índio para correr. Eles fizeram uma turma e pegaram os índios, botando cachorro e dando tiro com bala de zinco. Todos os que eles pegavam eles matavam. E depois, o branco ia no Estado e requeria as terras da Batalha. Foi assim que essa terra passou para a mão do primeiro fazendeiro, João Gonçalves, e depois para seus descendentes.” (OLIVEIRA, Jesulino Rodrigues, 2009).

Como se pode observar, a memória dos indígenas da Batalha registra de forma bastante intensa, mesmo que com imprecisões, o processo vivido pelos seus antepassados relacionado às disputas em torno da posse da terra. Esse registro possibilitou, a partir da série de depoimentos tomados, a reconstrução da trajetória histórica da formação da riqueza das famílias que, ao longo do tempo, adquirindo de uma forma ou de outra as terras indígenas, construíram o seu poderio e o seu prestígio no município, em detrimento das condições de vida dos índios. No entanto, na memória grupal, é forte a pertença ao território, quando o depoente Valdívio Rodrigues de Oliveira nos conta,

Tudo já pertenceu aos índios. De certo que teve mesmo aqueles índios que acabaram, que foram embora, mas não acabaram todos, porque nós estamos hoje aqui para contar que somos dessa nação, que ficamos. Então, quando queremos entrar nessas fazendas, não podemos. Mas um dia isso vai mudar.

¹⁸ Idem. p.2

Pode ser que os de hoje não vejam, mas eu sei que um dia tudo isso que já foi nosso vai voltar. (OLIVEIRA, Valdívio Rodrigues, 2009).

A formação dessa memória só se fez possível em razão da preservação da coletividade indígena após a derrota imposta por João Gonçalves da Costa, seja a partir do retorno para o local onde viveram os antepassados, seja migrando para o ambiente urbano, seja nos aldeamentos do Rio Pardo, mantendo, dessa forma, a comunidade de seres humanos tão essencial à produção da cultura e da memória.

Graças à tradição oral preservada na comunidade, é possível reconstruir, mesmo que com fissuras, o trajeto da comunidade da Batalha. A jornada pela reconstituição do grupo inicia-se logo após o fim das guerras. Na Batalha, observamos que foi em torno do cemitério que, pouco a pouco, ressurgiu a comunidade. Nesse tempo, os registros acima discutidos apontam que as famílias de fazendeiros já haviam se instalado por lá. Rita Gonçalves da Costa, neta de João Gonçalves, comprara grande parte da fazenda ao Conde da Ponte e à sua consorte.¹⁹ Em contraponto, o finado Paulo, que era índio, havia se apossado de parte das terras de seus antepassados. Acreditava ele ser herdeiro de mais de seis léguas de terras, desde as matas do Poço Escuro à Laje do Gavião.²⁰

Embora todos desejassem possuir as léguas em quadra, prometidas nos aldeamentos do Rio Pardo, contentaram-se com a parte que puderam ocupar, dividindo-se pelo território da Batalha sem jamais terem acesso às Matas do Poço Escuro, à Laje do Gavião e tampouco as léguas quadradas das aldeias.²¹

Quando foi ameaçada pelos fazendeiros de ter seus territórios invadidos, a família de Paulo comprou um conto de réis dessas terras, repartindo-a entre seus parentes.²² Nas palavras de Seu Jesulino Rodrigues de Oliveira (2008), “porque o Paulo era índio e foi ele que comprou um mil réis de terra aqui, um mundo velho e repartiu”

Assim, os descendentes dos indígenas permaneceram na antiga Batalha, fixando

¹⁹ Ação de embargo de obra empreendida por Maria Clemência de Jesus em 1866 contra Joaquim Maxado e sua mulher, que estavam em uma posse de terras da dita Maria, fazendo roças e levantando casas sem ter direito algum. A autora da ação se referencia em um documento de 1829, que é a comprovação de que Manoel Gomes Ribeiro e Rita Gonçalves da Costa compraram as terras da Batalha à Casa da Ponte. Arquivo do Fórum João Mangabeira. Embargo de Obra. Processo Caixa Diversos, 1866. Sobre Rita Gonçalves da Costa, ver: VIANA, op. cit., p. 83

²⁰ Até hoje a região é conhecida como Matas do Poço Escuro e era um lugar de refúgio dos indígenas perto da nascente do rio de mesmo nome. A Laje do Gavião é uma localidade ainda com esse nome por conta do Rio Gavião cortar o lugar. Pertence ao município de Anagé – Bahia.

²¹ Memórias da Batalha - Jesulino Rodrigues de Oliveira. 87 anos. Entrevista concedida em junho de 2008 à Comissão Pastoral da Terra

²² Idem. Jesulino Rodrigues de Oliveira. 87 anos. Entrevista concedida em 2008 à Comissão Pastoral da Terra.

moradia definitiva, embora transitassem constantemente por vários territórios, sobretudo em busca de trabalho nas fazendas. Este foi o caso do índio Artur, que nasceu na Batalha no início do século XX e, quando cresceu, viu-se obrigado a permanecer em constante trânsito pelo território do Planalto da Conquista à procura de trabalho.

No Verruga, empregou-se como roceiro na Fazenda Primavera, antigo latifúndio que pertenceu aos descendentes de João Gonçalves da Costa. Atualmente, é uma fazenda para a pecuária, localizada no município de Itambé.²³ Passou a viver entre o que restou dos índios aldeados, onde “morreu à míngua, sem auxílio médico.”²⁴

As constantes migrações do povo da Batalha podem ser entendidas como processos de resistências e readaptações aos novos hábitos introduzidos pelos conquistadores do sertão. No entanto, ao longo do tempo, manter o costume tradicional do povo indígena passou a gerar conflitos constantes com os detentores do poder local ansiosos por obterem a posse da terra necessária para a continuidade do grupo.

Conforme narra o senhor Adelino (OLIVEIRA, Adelino Rodrigues, 2009), mesmo após a consolidação do poderio familiar de João Gonçalves da Costa e seus descendentes no início do século XIX, os litígios fundiários acirraram-se por boa parte das primeiras décadas do século XX, o que terminou por limitar ainda mais o território dos índios.

O narrador, facilmente nos demonstra as constantes migrações dos moradores da comunidade, assim como os conflitos por eles enfrentados na época das brigas de famílias que ficaram conhecidas como luta entre *Meletes e Peduros*.²⁵ De acordo com o depoente, em 1944 os coronéis chegavam à região e invadiam as terras. Como ninguém possuía coragem para barrá-los, eles se apossavam do território, dando em troca algumas coisas sem valor. Foi assim que o povo da região teve seu território cada vez mais reduzido.

Das terras da Batalha, aos indígenas restou apenas uma pequena parte, (20 hectares divididos para 15 famílias), bem como a esperança da retomada do território perdido: “e o mil réis de terra que meu avô comprou, acabou tudo. Aí os fazendeiros

²³ Cachimbo e Verruga foram aldeamentos inicialmente criados e administrados por João Gonçalves da Costa e posteriormente passaram a ser administrados pelos padres capuchinhos.

²⁴ Atestado de óbito de Artur Rodrigues de Oliveira. Arquivo da família.

²⁵ Sobre a guerra dos Meletes e Peduros ocorrida entre os anos de 1910 e 1919, ver: VIANA, Aníbal Lopes. *Revista Histórica de Conquista*. Vitória da Conquista. Brasil Artes Gráficas, v.1, 1982.

agora tomaram aí.”(OLIVEIRA, Jesulino Rodrigues, 2009). Embora tenha havido um processo violento de expropriação das terras, a resistência presente no processo de construção da memória do povo da Batalha pode ser compreendida como fator propulsor da preservação étnica e identitária e não como mera imaginação destituída de fundamento histórico, como narra Valdívio Oliveira,

Temos orgulho de ter essa descendência de índio. Eles saíram da terra por serem oprimidos, é por isso que a gente batalha por nossas terras. Nosso pedaço de chão é tudo. Porque foi onde Deus deixou para nossa sobrevivência. A terra é onde a gente planta e vive. Ela é para tudo. Dependemos da terra, mas ela não está na nossa mão (OLIVEIRA, 2009).

Considerações últimas

No campo da construção das reminiscências, o povo da Batalha reproduz uma memória social. Nesta, existe a difusão coletiva de imagens de um passado que se articula e ao mesmo tempo se contrapõe à memória oficial edificada para a cidade de Vitória da Conquista. Em se tratando de uma memória em contraponto de um grupo social que se encontra inserido numa esfera conflituosa marcada por discursos políticos, a reprodução das narrativas acima se fez a partir de uma articulação daquilo que é tomado como verdade pelo grupo. Na reconstrução do passado indígena, a reminiscência da Batalha emerge veiculada a uma política subalterna, subterrânea que tem como ponto marcante a ascendência dos índios da região.

Ao longo deste artigo, procurei demonstrar que a memória sobre o passado indígena é a maior das referências na luta pela terra, pois é ela que atribui sentido às manifestações do grupo. Não raro, vários depoentes referiram-se a “um papel antigo escrito a letra de forma” que garantia a eles sete léguas quadradas das aldeias. No fundo, a construção dessa “lembrança” é apenas um desejo de ter as terras garantidas, pois tal doação não ocorreu porque a Batalha não foi lugar de aldeamento. Enquanto a demarcação territorial não chega e não tendo muitas opções, vários habitantes da Batalha migram com constância para Vitória da Conquista e outras localidades que, não coincidentemente, foram ou são aldeamentos.

Dessa forma, pôde ser averiguado nos depoimentos, que a perda da terra e dos saberes definidos como tradicionais estão relacionados à chegada dos “estranhos” que tomaram as terras, em muitos casos, explorando o trabalho dos nativos. Por todos esses

motivos, procurei, ao longo da pesquisa, ver a comunidade da Batalha como o resultado de um processo histórico adaptativo que possibilitou a continuidade de sua presença e peculiaridade na região, aqui reveladas por meio das narrativas. Elas podem ser entendidas como uma reconstrução de seu devir, sendo os índios do Planalto da Conquista as peças principais, não deixando de haver, nessa trajetória, a apropriação da cultura do outro na busca de remodelarem os seus valores, suas percepções e suas identidades.

REFERÊNCIAS

- BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. *Teorias da etnicidade*. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998. p.185-227.
- CAPISTRANO DE ABREU, J. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*; B. H.; Ed. Itatiaia; S. P; Edusp; 1989.
- KUZNESOF, E. A. A Família na Sociedade Brasileira: Parentesco, Clientelismo e Estrutura Social. São Paulo 1700-1980. *Revista Brasileira de História*. v. 9. n. 17, 37-63.
- MEDEIROS, Ruy Hermann. Notas Críticas. In. TORRES, Tranquilino. *O Município da Vitória*. Vitória da Conquista. Memória Conquistense n. 02. Museu Regional.UESB, 1996.
- NASCIMENTO, Washington Santos. *Mestiçagens e Identidades Negras: Um olhar a partir da Relação Negro-Índio*. UEPG. Ci. Soc. Apl. Ling, Letras e Artes, Ponta Grossa, 2008. p. 239.
- OLIVEIRA, Renata Ferreira de. *Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais*. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos de Ir e Vir e Caminhos sem Volta. Índios, Estradas e Rios no Sul da Bahia*. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1982.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 3-15, 1989.
- SOUSA, Maria Aparecida de. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. UESB. 2001.
- TANAJURA, Mozart. *História de Conquista: Crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

THOMPSON, Paul. *História Oral – A Voz do Passado*. São Paulo. Editora Paz e Terra. 1992.

TORRES, Tranquilino. *O Município da Vitória*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 1996.

VIANA, Aníbal Lopes. *Revista Histórica de Conquista*. Vitória da Conquista. Brasil Artes Gráficas, v.1, 1982.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. I. Brasília. UNB, 1994.

WIED, NEUWIED Príncipe Maximiliano, *Viagem ao Brasil*. São Paulo. Edusp, 1989.

Recebido em: 16/08/15

Aprovado em: 23/11/2015